

A Educação Patrimonial nos livros didáticos de História

Heritage Education in History school books

*Jaime de Lima Guimarães Junior*¹

*Ana Lúcia do Nascimento Oliveira*²

¹ Mestre em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: jaime.guimaraesjr@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1868-2471>

² Pós-doutora em História. Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: ananascimentoufrpe@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1496-9675>

RESUMO

As análises apresentadas neste artigo envolvem a Educação Patrimonial e seu espaço dentro dos livros didáticos de História do 6º ano do Ensino Fundamental (PNLD 2017-2019) utilizados pelos alunos das escolas públicas estaduais no município de Camaragibe, Pernambuco, Brasil. Com as novas interpretações históricas relacionadas à mudança na forma como se pensa e se escreve a História, a partir da redemocratização do Brasil, permitiu novas abordagens historiográficas dentro da academia que, segundo a hipótese levantada durante o processo de pesquisa, repercutiu também na produção de conteúdo dos livros didáticos e no ambiente escolar como um todo. Ao reconhecer tais mudanças, foi possível pensar na Educação Patrimonial como ponto a ser abordado na tentativa de capturar, nestes livros, esta metodologia de ensino através dos conceitos e atividades propostas. Desta forma, o objetivo da investigação, que resultou neste texto, foi revelar o conteúdo e a metodologia sobre Educação Patrimonial nos livros didáticos e analisar se os objetivos propostos pelos PCN's de História e pelas DCN's, dialogam com as exigências do citado Edital de Convocação do PNLD.

PALAVRAS-CHAVE: Atividades de História; Didáticos de História; Educação Patrimonial; Ensino de História, História.

ABSTRACT

The analyzes presented in this article involve Heritage Education and its space within History textbooks for the 6th year of Elementary School (PNLD 2017-2019) used by students at state public schools in the municipality of Camaragibe, Pernambuco, Brazil. With the new historical interpretations related to the change in the way history is thought and written, following the redemocratization of Brazil, it allowed new historiographical approaches within the academy which, according to the hypothesis raised during the research process, also had repercussions on the production of content of textbooks and the school environment as a whole. By recognizing such changes, it was possible to think of Heritage Education as a point to be addressed in an attempt to capture, in these books, this teaching methodology through the proposed concepts and activities. In this way, the objective of the investigation, which resulted in this text, was to reveal the content and methodology on Heritage Education in textbooks and analyze whether the objectives proposed by the History PCN's and the DCN's dialogue with the requirements of the aforementioned Call Notice for the PNLD.

KEYWORDS: History Activities; History Teaching; Heritage Education; History.

Introdução

Este trabalho foi desenvolvido a partir das ações de Educação Patrimonial vivenciadas nas diversas escavações arqueológicas realizadas pelo laboratório de arqueologia em Pernambuco, em conjunto com aportes teóricos e metodológicos da área. As atividades realizadas nos sítios arqueológicos possibilitaram desenvolver diversas atividades de Educação Patrimonial, revelaram a importância de investigar a relação entre a História do local e a sua repercussão nacional através dos livros didáticos distribuídos na rede de ensino estadual de Pernambuco, principal recurso didático utilizado nas escolas públicas e, portanto, importante documento no processo de formação dos indivíduos.

A Educação Patrimonial surge como uma ferramenta estratégica de suma importância, que de forma consciente, aproxima crianças e adolescentes dos valores histórico e cultural dos bens patrimoniais. Esse instrumento é um importante utensílio de valorização e preservação dos bens culturais, que deve ser esclarecido para toda sociedade, principalmente nas escolas. Segundo Francisco Noelli:

Diante de um país multicultural, a educação patrimonial precisa (e com urgência!) estar presente nas redes de ensino e deveria ser considerada um objeto de reflexão por aqueles que pensam e articulam a educação brasileira. (Noelli, 2004, p.1.414).

De acordo com Noelli (2004), a Educação Patrimonial deveria estar presente em todas as escolas. Neste sentido, a pesquisa foi ao encontro do livro didático para perceber em seu conteúdo a presença da Educação Patrimonial, a partir de suas atividades prático-pedagógicas. Por meio de um levantamento bibliográfico, criterioso, elencamos os livros didáticos destinados ao 6º ano do

Ensino Fundamental, aprovados pelo PNLD³, utilizados pelos professores e professoras nas aulas de História no município de Camaragibe⁴, em Pernambuco, Brasil.

Assim sendo, o foco no 6º ano se deu por representar o início da segunda etapa do Ensino Fundamental (Anos Finais) diferenciado pelo momento em que os alunos começam a estudar com professores específicos para cada disciplina, nesse caso a História, através de um profissional licenciado apto para o trabalho docente. Como noção inicial nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) de História, para 3º e 4º ciclo (equivalente da 5ª a 8ª série, e atuais 6º ao 9º ano) tem-se que os jovens aprendem que há lugares para guarda e preservação da memória, como: museus, bibliotecas, arquivos, sítios arqueológicos, etc.

O lócus da pesquisa se concentra na cidade de Camaragibe, por três razões: 1 - acesso às fontes (os livros didáticos) através das escolas; 2 - por causa do vínculo acadêmico e desenvolvimento das atividades de estágio supervisionado nas escolas referidas e 3 - pela proximidade geográfica com duas cidades ricas em Patrimônio Histórico (Recife e Olinda) que do ponto de vista da memória patrimonial é marcada por objetos da cultura colonial canavieira, das atividades portuárias e do processo de urbanização e industrialização do Nordeste do Brasil.

³ O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é um programa que avalia e distribui os livros didáticos para escolas públicas de todo o país. Vinculado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do Ministério da Educação (MEC). Resolução nº 60 de 20/11/2009. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/dados-estatisticos>>. Acesso em: 30 setembro 2019. Um importante programa de políticas públicas direcionadas à educação criada há mais de setenta anos e que, no final do século XX, regulou e ampliou a distribuição de obras didáticas por todo o país.

⁴ O município de Camaragibe é o 6º mais populoso segundo (IBGE 2010) da Região Metropolitana do Recife distante aproximadamente 18 km do centro da capital pernambucana. Fonte: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/camaragibe/panorama>> Acessado em: 07/10/2020.

Dito isso, conforme o Guia de Livros Didáticos de História (Brasil, 2016), o PNLD (2017-2019) aprovou catorze coleções para a área de História dos Anos Finais do Ensino Fundamental baseadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's – de História⁵ e nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental de nove anos - DCN's⁶, conforme exigências do Edital de Convocação 02/2015.⁷

Tabela 1: Coleções mais distribuídas nos anos finais do Ensino Fundamental.

Colocação	Código do Livro	Nome da coleção	Editora		Quantidade
			Edição - Ano	Autor	
1º	0126P17042006IL	História, Sociedade e Cidadania	Editora FTD 3ª Edição - 2015	Alfredo Boulos Júnior	726
2º	0113P17042006IL	História.Doc	Saraiva Educação 1ª Edição - 2015	Daniela Buono Calainho; Jorge Ferreira; Ronaldo Vainfas; Sheila de Castro Faria	608
3º	0059P17042006IL	Projeto Araribá	Editora Moderna 4ª Edição - 2014	Maria Raquel Apolinário	378
4º	0076P17042006IL	Estudar História: Das Origens do Homem à Era Digital	Editora Moderna 2ª Edição - 2015	Patrícia Ramos Braick	365

⁵ Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) são diretrizes elaboradas pelo Governo Federal (Brasil, 1988) que orientam a educação no Brasil. São separados por disciplina. Além da rede pública, a rede privada de ensino também adota os parâmetros, porém sem caráter obrigatório. Os PCN's foram adotados, pois os livros selecionados seguem as determinações dele, e por que na época da pesquisa a BNCC encontrava-se em fase de implementação.

⁶ Os Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental de 9 anos (DCNs) - Lei nº 9.394/1996, são princípios gerais orienta a trabalho pedagógico marcado pelo princípio da transversalidade e direcionado pela perspectiva multicultural do currículo. Estas diretrizes estabelecem a Base Nacional Comum, responsável por orientar a organização, articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileiras.

⁷ Através do EDITAL DE CONVOCAÇÃO 02/2015 – CGPLI PNLD 2017 ocorreu o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o PNLD. O resultado da aprovação foi publicado pela portaria Nº 13, de 23 de junho de 2016 com aprovação de 14 coleções de História.

5º	0096P17042006IL	Projeto Teláris História – Da Pré-história à Antiguidade	Editora Ática 2ª Edição - 2015	Gislane Azevedo; Reinaldo Seriacopi	82
6º	0026P17042006IL	Historiar	Editora Saraiva 2ª Edição - 2015	Gilberto Cotrim; Jaime Rodrigues	58
Total					2.217

Fonte: FNDE. Tabela sistematizada pelo autor (2019).

Dentre as coleções acima citadas, as escolas públicas estaduais, em Camaragibe, selecionaram apenas seis delas, totalizando que equivale em números a 2.217 (dois mil duzentos e dezessete) exemplares distribuídos aos alunos, conforme (Tabela 1). Destas, as quatro primeiras coleções equivalem aproximadamente a 94% dos livros mais utilizados nas salas de aula do município. Através das quatro coleções selecionadas, foi possível observarmos e analisarmos como a metodologia da Educação Patrimonial é implementada com a recente produção historiográfica no campo do Ensino de História.

Mediante os referidos dados mencionados, este artigo propõe revelar a relação estabelecida entre a Educação Patrimonial e os livros didáticos, analisando se os objetivos propostos pelos PCN's – de História e pelas DCN's, dialogam com as exigências do citado Edital de Convocação, e se contemplam a adoção de uma metodologia que pretende, também, discutir interesses culturais estruturados em projetos desconectados da realidade e do papel transformador do Ensino de História.

Partindo do exposto, nossa proposta se sustenta na abordagem qualitativa. Este tipo de pesquisa, se ocupa, como afirma Minayo (2001, p.21), com “um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”, sendo assim, a opção desta abordagem qualitativa, neste estudo, permitiu explorar aspectos do ensino e da aprendizagem que não podem ser facilmente traduzidos em números como,

por exemplo, a construção das relações de saber contidas nos conceitos e conteúdos analisados nos livros didáticos.

Educação Patrimonial no Ensino de História

A História é uma ciência que tem como função investigar e comunicar o passado, apresentando-o de maneira que o indivíduo compreenda a sua importância e consiga, de maneira satisfatória, contextualizá-lo com o presente, sabendo analisar as informações com vistas a desenvolver um pensamento crítico sobre a relação passado-presente (BLOCH, 2001).

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's – de História, o ensino e a aprendizagem de História envolvem uma distinção básica entre o saber histórico, como um campo de pesquisa e produção de conhecimento do domínio de especialistas, e o saber histórico escolar, como conhecimento produzido no espaço escolar.

Considera-se que o saber histórico escolar reelabora o conhecimento produzido no campo das pesquisas dos historiadores e especialistas do campo das Ciências Humanas, selecionando e se apropriando de partes dos resultados acadêmicos, articulando-os de acordo com seus objetivos. (PCN, 1997, p.24).

Os PCNs apontam que o saber histórico escolar é uma reescrita peculiar do que os historiadores produziram sobre os fatos, através de pesquisas da produção historiográfica. Seria, portanto, uma forma simplificada de reconstruir o conhecimento histórico com vistas a uma fácil compreensão e a um público específico.

Procurando aproximar os homens, mulheres e crianças comuns das questões de preservação e valorização do patrimônio e da memória, muitas

instituições vêm desenvolvendo ações de educação patrimonial, visando à democratização e acesso aos bens patrimoniais. Todavia, essas ações educativas, geralmente, acabam passando ao largo das atividades desenvolvidas nas escolas.

Os objetos de investigação da História são vestígios materiais e imateriais produzidos através dos resultados de processos, que se desenvolveram no passado da humanidade. Marcas produzidas, ao longo do tempo, por agentes humanos e pela natureza devido ao convívio mútuo, em disputas de poder que geram dinâmicas aos processos distribuídos em territórios, que brotam e depositam suas transformações.

Portanto, essas marcas podem produzir objetos que, por sua vez, estão ligados ou não a territórios submetidos a uma jurisdição. Contudo, segundo Lemos:

[...] um objeto isolado de seu contexto deve ser entendido como fragmento, ou um segmento, de uma ampla urdidura de dependências e entrelaçamentos de necessidades e interesses satisfeitos dentro das possibilidades locais da sociedade a que ele pertence ou pertenceu. (LEMOS, 1981, p.11).

Nesse aspecto, essas marcas quando aliadas aos processos de produção do conhecimento sobre o passado, revelam um valor de memória com uma informação, ou até um valor de representatividade de grupo social. Um objeto de importância cultural, que por si só, estabelece seu valor para estudos, cuidado, proteção, manutenção e restaurações, por isso, se tornam bens culturais.

Dessa forma, a preservação do patrimônio cultural, enquanto herança de toda a sociedade, estabelecido por vários momentos de vivências individuais e coletivas, de fato, só se efetiva num processo contínuo de inserção da Educação Patrimonial como política pública, estabelecendo-se como principal

instrumento de apropriação, valorização e conseqüente preservação dos bens culturais de relevância para toda coletividade “através dos elementos que fazem cada lugar [...], não só é uma responsabilidade com o passado histórico dessas comunidades, mas fundamentalmente com o seu futuro.” (ITAQUI, 1998, p.17).

Mas qual patrimônio estamos ensinando a respeitar? Sabemos, pelos diversos conceitos e classificações diferentes, que o que verificamos de fato, é que esses bens culturais não são, na verdade, de todos. Segundo Lemos (1981, p. 21), esse “patrimônio é muito diversificado, sofrendo permanentemente alterações, e nunca houve ao longo da história da humanidade critérios e interesses permanentes e abrangentes voltados à preservação de artefatos do povo [...]”. Historicamente, os grupos sociais mais abastados sempre se sobrepuseram aos marginalizados buscando referendar suas posses e títulos, inclusive, sob argumentos étnicos e religiosos, tornando suas interpretações a história oficial, à revelia das outras histórias.

Para manter a memória de todos perene é necessário reconhecer que o passado, também existe para aqueles, que fizeram parte dessa história ativamente e foram, também, colocados à margem da historiografia dominante. “Mais que um testemunho do passado, o patrimônio é um retrato do presente, um registro das possibilidades políticas dos diversos grupos sociais, [...] parte dessa herança cultural” [...]. (RODRIGUES, 1996, p.195). Diante disso, segundo Carlos Xavier Azevedo Netto:

Esse patrimônio está intimamente vinculado com a referenciação da memória para a construção das identidades culturais. Mas carece ainda de maiores subsídios para a internalização do referido patrimônio para a preservação a partir de uma aura de pertencimento, no processo de construção das referidas identidades. (AZEVEDO NETTO, 2014, p.62).

Na perspectiva de Azevedo Netto, também se entende “a memória como [...] dados na esfera da consciência individual ou, principalmente, coletiva, que é referendada no reconhecimento dos patrimônios culturais, recuperados.” Estabelece também relação da memória e o conceito de identidade que “passa a ser vista como estreitamente relacionada com o conceito de identificação, já que passa pela esfera relacional, entre o indivíduo e seu grupo e entre os grupos que se relacionam.” (AZEVEDO NETTO, 2014, p.64).

Diante do exposto, argumentar sobre o Ensino de História e a Educação Patrimonial, atualmente, é difícil e desafiador, pois perpassa por sua trajetória de conflitos mesmo que nos bastidores, sobre a conservação e proteção de um patrimônio, que esteja ligado às obras e às construções das classes sociais mais elevadas, garantidas por suas ideologias dominantes, sombreando manifestações culturais, construções materiais e o conhecimento das alas mais populares. (SOARES; KLAMT, 2009).

Dessa forma, a divulgação dos bens culturais só será plena, “mesmo que alterados, usos e costumes populares” (LEMOS, 1981, p.29) através de políticas de ensino da História relacionadas aos patrimônios que não atendam às indústrias do turismo e nem tampouco ao comércio cultural, mas que todos os cidadãos valorizem as “manifestações culturais por seus aspectos de representatividade, originalidade ou antiguidade. Não se pode estigmatizar uma em substituição a outra. (SOARES, 2009, p.22).

O termo Educação Patrimonial surgiu no final dos anos 1980, no Brasil, a partir de discussões sobre as experiências adotadas no Museu Imperial, de Petrópolis. Tais debates nortearam as práticas e conceitos que passaram a ser adotados e divulgados com a publicação do Guia Básico de Educação Patrimonial⁸ (HORTA, GRUNBERG, MONTEIRO, 1999), sendo um documento

⁸ O Guia Básico de Educação Patrimonial foi publicado em 1999 pelo IPHAN, a partir de uma proposta pedagógica apresentada no 1º Seminário sobre o Uso Educativo de Museus e

norteador para as instituições governamentais de proteção dos diversos patrimônios públicos do Brasil.

O princípio básico da Educação Patrimonial diz que:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 06).

É através da metodologia da Educação Patrimonial (EP) que se utilizam os objetos culturais como “ponto de partida do processo de ensino-aprendizagem que capacita para conhecer, usar, desfrutar, recriar e transformar o patrimônio cultural.” (SOARES, 2009, p.19). Contudo, a Educação Patrimonial ainda mantém alguns pontos de poder de uma classe sobre a outra. Ao utilizar o termo “alfabetização cultural” para o processo de educação patrimonial, mesmo entre aspas, submete a expressão a interpretações errôneas sobre as pessoas a que se destina a Educação Patrimonial.

A Educação Patrimonial não se limita a ações pontuais. É necessário compreender que esses processos educativos são uma construção coletiva e democrática ao envolver num diálogo os diferentes agentes sociais e culturais, e

Monumentos, realizado em Petrópolis-RJ, em 1983. Na ausência de outro instrumento publicado, o manual manteve-se como uma grande referência institucional para as ações educativas relacionadas ao patrimônio cultural. Contudo, como qualquer instrumento, vem sendo discutido por diversas áreas do conhecimento desde sua publicação, propondo novas sugestões a partir das críticas e observações realizadas pelos estudos sobre Educação Patrimonial.

precisam contar com a participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras do bem cultural.

A metodologia requer, inicialmente, que se escolha um objeto cultural, ou “peça chave”, isso se deve para delimitar e evitar multiplicidade de aspectos e significados. Sendo assim, Horta, Grunberg e Monteiro (1999) indicam que no processo as etapas:

[...] sucessivas de percepção, análise e interpretação das expressões culturais é necessário definir e delimitar os objetivos e metas da atividade, de acordo com o que se quer alcançar, e com a natureza e complexidade do objeto estudado. (HORTA, GRUNBERG, MONTEIRO, 1999, p.8).

Dessa forma, é importante que o professor destaque o tema e os aspectos particulares a serem abordados como referencial para a melhor aplicabilidade da metodologia. No livro didático, por exemplo, é possível explorar imagens de objetos limitados a uma proposta pedagógica, e buscar interpretar seu valor cultural, diferentemente do que foi proposto no conteúdo proposto pelo autor do manual didático.

Definido o “objeto/fenômeno/tema de estudo, a ação educativa se desenvolverá ao longo das seguintes etapas metodológicas:” (HORTA, GRUNBERG, MONTEIRO, 1999, p.9).

Quadro 1 - Etapas Metodológicas de Educação Patrimonial.

ETAPAS	RECURSOS/ATIVIDADES	OBJETIVOS
1 - Observação	exercícios de percepção visual/sensorial, por meio de perguntas, manipulação, experimentação, medição, anotações, comparação, dedução, jogos de detetive ...	identificação do objeto/função/significado; desenvolvimento da percepção visual e simbólica .
2 - Registro	desenhos, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, maquetes, mapas e plantas baixas ...	fixação do conhecimento percebido, aprofundamento da observação e análise crítica ;

		desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional.
3 - Exploração	Análise do problema, levantamento de hipóteses, discussão, questionamento, avaliação, pesquisa em outras fontes como bibliotecas, arquivos, cartórios, instituições, jornais,	desenvolvimento das capacidades de análise e julgamento crítico, interpretação das evidências e significados.
4 - Apropriação	recriação, releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão como pintura, escultura, drama, dança, música, poesia, texto, filme, vídeo.	envolvimento afetivo , internalização, desenvolvimento da capacidade de auto-expressão, apropriação, participação criativa, valorização do bem cultural.

Fonte: Guia Básico de Educação Patrimonial (HORTA, GRUNBERG, MONTEIRO, 1999, p.9).

Como pontua Grunberg (2007), a Educação Patrimonial oferece contribuições ao envolver os alunos e sua comunidade a que pertence no processo de identificação e reconhecimento das suas referências culturais, que pode ser realizado na sala de aula, nos museus, nas bibliotecas, e noutros espaços. “Os resultados da aplicação desta metodologia desenvolvem atividades que levam os participantes à reflexão, descoberta e atitude favorável a respeito da importância e valorização do nosso Patrimônio Cultural.” (GRUNBERG, 2007, p.5). Só pela via educativa, é possível fazer desaparecer, ou amenizar, os cenários de depredação, intolerância e indiferença para com nossa riqueza e diversidade cultural.

A Educação Patrimonial só se dá, efetivamente em sala de aula, quando desenvolve a sensibilidade e a reflexão crítica dos alunos acerca da importância da preservação e salvaguarda dos bens culturais, contribuindo para o exercício pleno da cidadania.

A construção da proposta pedagógica de História para a Educação Patrimonial, também tem seu caráter interdisciplinar à medida que se somam ao processo educacional, por exemplo, produção textual, levantamento geográfico, arte, danos físicos estruturais e biológicos, além de propor a

exposição dos resultados na escola e na comunidade e, até mesmo, através das redes sociais da internet.

O “manual, por tradição ou vício, tem-se constituído em material de apoio importante para o professor e para os alunos.” (D’ÁVILA, 2008, p.179). Portanto, além da metodologia pedagógica ligada à Educação Patrimonial proposta pelo Guia Básico de Educação Patrimonial (HORTA, GRUNBERG, MONTEIRO, 1999), o livro didático de História pode ampliar as possibilidades de usos através de imagens conforme afirma Bueno e Guimarães (2012):

A partir da visualização das imagens visuais impressas de determinados patrimônios culturais e da leitura dos textos dos livros didáticos de história, os alunos podem ser estimulados a compreenderem que estas imagens são representações de patrimônios que expressaram determinados gostos, valores e tradições da sociedade que os produziu. (BUENO, GUIMARÃES, 2012, p.1).

Bueno e Guimarães (2012) complementam essa perspectiva, sugerindo que os alunos podem ser instigados a refletir o porquê de alguns objetos serem identificados como patrimônios culturais e outros não, e podem, também, tentar descobrir ambas características, memória e história.

Livros didáticos e a educação patrimonial

Os livros didáticos são instrumentos de trabalho do professor e do aluno, sendo utilizado como suporte, na mediação entre o processo de ensino e a aprendizagem, consistindo em um dos materiais pedagógicos mais usados nas salas de aula (D’ÁVILA, 2008).

Desde suas primeiras edições no Brasil nos anos 1930, o livro didático mudou muito, isso é fato, mas para muito além da mudança “do formato de 14 x 18 cm para 21 x 28 cm, também ocorreram incrementos das concepções

didáticos-pedagógicas e a gênese de absorver, gradativamente, inovações técnicas e pedagógicas nas futuras coleções.” (ARAGÃO, 2020, p.63). Também nos conteúdos que avançam desde a redemocratização do Brasil, através também, dos investimentos em pesquisas por mudanças consistentes do ponto de vista metodológico historiográfico. (FONSECA, 2009).

O contexto de transformações do cenário político do país, já na segunda metade dos anos 1990, foi um combustível para repensar as políticas educacionais, que deram origem à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) - Lei 9.394/1996, e, também, a mudanças curriculares com a implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais - 1998, além de outras alterações na Educação de Base e na Superior.

Contudo, essas mudanças educacionais e do fazer histórico escolar passam por fases. Por exemplo, melhorando o livro didático, ao retirar das editoras a decisão sobre os conteúdos, proporcionando “a transformação dos antigos manuais escolares nos modernos livros didáticos.” (GATTI JÚNIOR, 2004, p.16). O próprio PNLD, desde a sua instituição em meados da década de 1980, sofreu grandes mudanças nos fluxos, distribuição e direcionamento até a qualidade dos conteúdos, da escrita e agregou outras plataformas de propagação do conhecimento. Tendo como base para essas mudanças, “um processo de avaliação dos livros didáticos que impulsionou uma série de melhorias nas coleções” (GATTI JÚNIOR, 2004, p.238), como também, a publicação “Definição de Critérios para Avaliação dos Livros Didáticos” MEC-FAE-UNESCO⁹.

⁹ A Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) foi extinta em 1997, transferindo integralmente a responsabilidade pela política de execução do PNLD ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Na mesma época, o programa é ampliado e o Ministério da Educação (MEC) passa a adquirir, com regularidade, livros didáticos do Ensino Fundamental público. (CURY, 2009, p.128).

Este estudo não se dispõe a avaliar os livros didáticos em seus usos nem os professores ao usá-lo, mas sim tratar o livro didático como mais um dos instrumentos no processo de ensino e aprendizagem e que, portanto, o professor é um mediador na utilização do instrumento didático. Entre as fases das mudanças educacionais, Cristina d'Ávila (2008) observa que “os cursos de formação de professores tem falhado clamorosamente no provimento desses requisitos” e indica que assim como esperamos dos nossos alunos “os professores [...] precisam desenvolver a capacidade de apropriação teórico-crítica dos conteúdos e dos modos próprios do pensar e de agir a esses conteúdos.” (D'ÁVILA, 2008, p.13).

É importante refletir sobre o livro, dentro das salas de aula, para os alunos e sua relação de poder sobre o professor. D'Ávila aponta “que esse recurso de ensino vem ocupando cada vez mais o lugar do professor no processo pedagógico, muitas vezes por falta de formação pedagógica.” (D'ÁVILA, 2008, p.17).

Não é um fato novo, pois como alertam Freitag, Costa e Motta (1989):

[...] o livro didático não é visto como instrumento de trabalho auxiliar na sala de aula, mas sim como a autoridade, a última instância, o critério absoluto da verdade, o padrão de excelência a ser adotado na aula. (FREITAG, COSTA, MOTTA, 1989, p.124).

No que diz respeito à Educação Patrimonial, há uma tendência, especialmente nas coleções didáticas de História, de apresentar conteúdos e atividades sobre temáticas relacionadas ao patrimônio cultural. (FIGUEIRA, 2012, p.71). A forma como a metodologia é abordada difere muito entre as edições e editoras responsáveis. “Além disso, as atividades propostas nos livros didáticos intensificam cada vez mais a abordagem de aspectos relacionados ao patrimônio cultural e natural em sala de aula” (FIGUEIRA, 2012, p.72).

Os PCNs abordam diferentes maneiras de trabalhar a interdisciplinaridade e a transversalidade nos currículos escolares e preveem a Educação Patrimonial no ensino de História, que diz:

[...] respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender na realidade e da realidade de conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade). (BRASIL, 1998).

As indagações apresentadas são necessárias para nos basilar sobre a importância e eficiência do manual didático, dentro da sala de aula, em relação à Educação Patrimonial.

Dessa forma, nas atividades propostas para Educação Patrimonial, “quanto mais excessivas as prescrições menor a margem de manobra para a produção de uma prática pedagógica mais autônoma.” (D’ÁVILA, 2008, p.177). O professor precisa pesquisar alternativas para promover o patrimônio cultural e não depender, exclusivamente, do manual didático.

Todavia, entende-se a “fragilidade na formação pedagógica e precariedade das condições de trabalho docente” e “as condições precárias de trabalho do professor brasileiro, de modo geral, mormente os de nível fundamental, não possibilitam uma prática pedagógica de melhor qualidade.” (D’ÁVILA, 2008, p.176). Mas a metodologia também propõe oportunizar uma reflexão sobre a responsabilidade do poder público e das pessoas na preservação do patrimônio cultural como bem da coletividade. Faz-se necessário e urgente, pesquisas e interações em espaços escolares que dialoguem com os princípios da Educação Patrimonial.

Análise dos livros didáticos

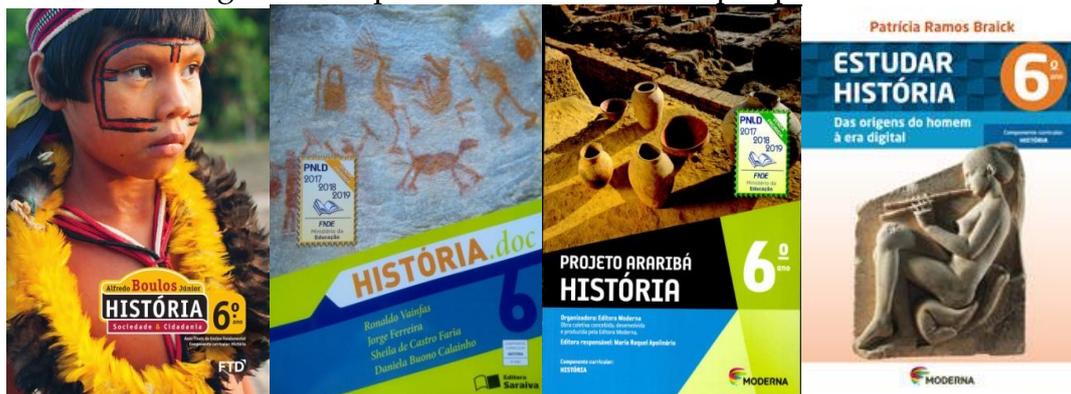
Os livros didáticos de História analisados integram as coleções aprovadas nos critérios avaliativos do EDITAL DE CONVOCAÇÃO 02/2015 – CGPLI PNLD 2017, e, portanto, cumprem as exigências específicas do PNLD (2017-2019). As coleções cumprem todos os requisitos pedagógicos de conteúdos estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/96) e, conforme o próprio edital no Anexo III, que aborda a importância do acesso aos bens culturais, temática analisada nos livros, já no seu primeiro parágrafo, como um dos direitos fundamentais do cidadão.

Entretanto, o mesmo Anexo III, do Edital do PNLD, expõe além das diretrizes da Lei nº 9.394/96 orientações como parte integrante da proposta pedagógica dos livros didáticos “para a construção de conceitos, posturas frente ao mundo e à realidade, favorecendo, em todos os sentidos, a compreensão de processos sociais, científicos, culturais e ambientais”. Elencam abordagens gerais, que não incluem a promoção da identificação através da observação, incentivo ao registro para observação e análise crítica, a exploração com capacidade de interpretação e apropriação através do envolvimento afetivo pelos eixos norteadores da metodologia da Educação Patrimonial.

Os livros didáticos definidos (Figura 1) para este trabalho foram disponibilizados pelo Memorial do PNLD¹⁰. Eles seguem uma ordem a partir de sua colocação (do 1º ao 4º da Tabela 1) definida em números de exemplares mais utilizados nas escolas de Camaragibe.

¹⁰ O Memorial do Programa Nacional do Livro Didático (Memorial do PNLD) está ligado ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) responsável pela organização, preservação e acessibilidade de acervos de livros didáticos distribuídos pelo Ministério da Educação (MEC).

Figura 1 - Capas dos livros didáticos pesquisados.



Fonte: Guia do livro didático, PNLD (2017).

Utilizamos a metodologia de análise de conteúdo de Bardin (1977), para tratamento dos dados coletados. Seguimos, na análise, os determinados por Minayo (2009), e também, do norteamento, através da experiência das análises de livros didáticos vivenciada em Luiz Adriano Aragão (2020), em que o autor dividiu a sua pesquisa em duas fases subdivididas em nove categorias, dentre elas, utilizaremos a categoria 7 - Atividades pedagógicas (ARAGÃO, 2020, p.95), onde serão observados os aspectos pedagógicos e metodológicos, dos objetos desta pesquisa.

Segundo Aragão (2020) na análise das atividades pedagógicas, “a ideia é analisar as atividades das coleções através dos exercícios, das proposições de problematização das atividades, diversificação e sistematização do conhecimento” (ARAGÃO, 2020, p.127). Portanto, buscamos identificar atividades iguais ou semelhantes à proposta estabelecida pelo Guia Básico de Educação Patrimonial, que define como etapas metodológicas: observação, registro, exploração e apropriação a partir das atividades e dos conteúdos de História nos livros didáticos escolhidos do 6º ano.

Aragão (2020) ainda alerta para a importância de analisar as atividades nos livros didáticos e “perceber o quanto o livro didático tem um poder na construção cidadã dos alunos e em como o LD está atrelado ao trabalho do

professor em sala de aula.” (ARAGÃO, 2020, p.127). Analisar as atividades com base em uma metodologia estabelecida e bem específica significa que, é possível, estarmos lidando com atividades que, normalmente, são operadas, didaticamente, nos livros didáticos através da problematização dos conteúdos, pesquisas em outras fontes, investigações histórias por construções textuais com resultados apresentados das formas mais variadas e com o uso das mais diversas tecnologias digitais.

Para esta análise, foi necessário fazer um recorte com o uso de apenas três atividades por livro, encontradas ao longo do livro e que abordam o Patrimônio Cultural, evitando assim, repetições ou incongruência com a temática proposta. O percurso da análise constará de uma pequena descrição e localização da atividade, em seguida analisaremos cada aspecto mencionado nos exercícios pedagógicos e sua relação com a Educação Patrimonial.

No primeiro livro didático analisado, **História, Sociedade e Cidadania**, de acordo com a ordem estabelecida, observou-se que, nas atividades propostas verificadas (Quadro 2), há uma preocupação com o Patrimônio Cultural, utilizando exemplos de objetos culturais mais próximos da realidade dos alunos.

Quadro 2 – Atividades do História, Sociedade e Cidadania

Atividade	Tema	Pág.
Atividade I - 5	Capoeira	43
Atividade IV - 1 e 2	Música regional	47
Atividade I - 6	Alimentação	153

Fonte: o autor (2020)

Nas atividades das páginas 43 e 47, por exemplo, verificamos uma clara função de Educação Patrimonial, onde foi possível observar todas as etapas estabelecidas pela metodologia. As propostas pedagógicas abordam a cultura a partir dos objetos materiais e imateriais vinculados às religiões. Na atividade da

página 153, não foi possível ver uma tendência para uso das etapas metodológicas de EP. Contudo, a atividade, uma imagem de um objeto arqueológico, apresenta informações sobre o preparo dos alimentos a partir da vida cotidiana dos antigos egípcios. Portanto, a atividade pode ser direcionada para EP conforme definimos em Bueno e Guimarães (2012) onde a imagem oferece várias possibilidades de EP ao professor.

Com relação ao segundo livro analisado, **História.Doc** (Quadro 3), apesar da atividade da página 21 abordar apenas o lugar social de negros e brancos durante o Brasil do século XIX, “Um jantar brasileiro” pintado por Jean-Baptiste Debret, é possível intervir com uma proposta, como indica Bueno e Guimarães (2012), que ajude os alunos a identificar os objetos da cultura material na imagem e os relacione às diferenças por grupos sociais como quer a atividade.

Quadro 3 – Atividades do História.Doc

Atividade	Tema	Pág.
Retiro de estudos - imagens contam a História	Um Jantar Brasileiro	21
Retiro de estudos - pesquisa	Mesopotâmia	54
Retiro de estudos - imagens contam a História	Pinturas rupestres	81

Fonte: o autor (2020)

Em seguida, a atividade da página 54 remete a um objeto da cultura dos povos mesopotâmicos, provavelmente, um brinquedo que solicita aos alunos que pesquisem outras invenções. A sugestão de atividade do livro didático também pode ser usada como EP a partir do objeto arqueológico.

Com a metodologia de EP de Horta, Grunberg e Monteiro (1999) é possível fazer um diálogo com a atividade da página 81, que apresenta uma imagem de um trecho de pinturas rupestres na Caverna das Mãos, na Argentina. Também como sugerido, na atividade anterior, é possível dedicar

esta atividade usando os recursos visuais disponibilizados pelo livro didático, conforme sugere Bueno e Guimarães (2012).

O terceiro livro, mais utilizado nas escolas, **Projeto Araribá** (Quadro 4), propõe uma atividade, na página 33 (Figura 8), sobre espaço de memória apresentando em uma imagem de grafismo de um muro urbano. É possível usar a atividade para refletir os museus, seus objetos, a guarda e conservação e educação patrimonial a partir da visita a um espaço de memória.

Quadro 4 – Atividades do Projeto Araribá

Atividade	Tema	Pág.
Atividades - 4	Muro das Memórias	33
Pense e responda	Sambaquis	67
Atividades - 5	Urna Funerária	73

Fonte: o autor (2020)

Na página 67, o livro propõe, através de uma atividade, um questionamento sobre a importância dos sambaquis no povoamento da América. Essa atividade pode ser utilizada como estratégia para falar de preservação dos parques de sambaquis, apresentar os aspectos de sua formação, a relação com a comunidade e suas práticas funerárias e alimentares. E aproveitar a questão “Pense e responda” para falar sobre a exploração e especulação imobiliária de áreas próximas a sítios arqueológicos.

Além disso, a página 73 traz uma atividade apresentada pelo livro didático que sugere uma aproximação exitosa de EP usando objetos cerâmicos da arte Marajoara. A proposta estabelece todas as etapas da EP com abertura para atividades práticas de uso da argila ou de peças de quebra-cabeça com peças cerâmicas em sala de aula. (GRUNBERG, 2007). Isso demonstra, também, a correlação dos conteúdos dos livros com as diretrizes da Educação Patrimonial.

No quarto e último livro analisado, **Estudar História: Das Origens do Homem à Era Digital** (Quadro 5), na página 47, é possível perceber mais uma atividade sobre as representações através das pinturas rupestres. Como abordou-se nas análises de livros anteriores, é possível utilizar-se das imagens para propor atividades ligadas à EP de forma a estabelecer estreitamento na ligação das imagens (BUENO; GUIMARÃES, 2012) com a cultura dos alunos de pichar, riscar e cobrir paredes com suas inscrições.

Quadro 5 – Atividades do Estudar História: Das Origens do Homem à Era Digital

Atividade	Atividade	Pág.
Atividades 6	Arte Rupestre	47
Navegue neste site	Visita virtual ao Museu do Homem Americano (Fumdham)	70
Atividade 7	Som e Movimento	77

Fonte: o autor (2020)

Na atividade da página 70, há uma forma de visitar os museus. Com acesso à internet, os alunos podem ser levados a visitar vários museus pelo mundo, com acervo disponível nos sítios (*sites*) organizados de forma a tornar o passeio o mais real possível. Os museus são lugares de memórias e, ao visitar museus de outros lugares e países, é possível encontrá-los ricos de objetos de diversas culturas.

A última atividade está na página 77 sobre interpretação de figuras em inscrições rupestres. Na imagem do sítio arqueológico Talhado do Gavião, em Carnaúba dos Dantas - RN, é possível descobrir figuras humanas, objetos pessoais e animais, que possibilitam várias interpretações sobre a cena representada no paredão de rocha. A atividade aproxima os alunos dos costumes dos grupos humanos antes da chegada dos europeus e abre um debate sobre preservar para conhecer e conhecer para preservar, através de

atividades de Educação Patrimonial, utilizando as imagens nos livros didáticos de História. (BUENO; GUIMARÃES, 2012)

Nos primeiros levantamentos bibliográficos para o desenvolvimento desta pesquisa, verificou-se que o manual didático da Editora Scipione da coleção **Projeto Mosaico**, aprovado pelo PNLD (2017-2019), apresenta uma atividade de Educação Patrimonial (Figura 2) ressaltando o dano criminoso causado ao Sítio Arqueológico Pedra da Concha I, que nos fez perceber o quanto é importante e necessária a introdução de atividades de Educação Patrimonial, com esses documentos arqueológicos, para o entendimento da História e sua preservação.

Figura 2: Atividades - Pedra da Concha I.

ATIVIDADES

Retome

- 1 Todos os arqueólogos estão de acordo quanto à data de chegada dos primeiros grupos humanos ao continente americano? Explique.
- 2 Explique as principais hipóteses sobre as rotas de chegada do ser humano à América.
- 3 Indique os períodos em que se divide a Pré-História americana e dê suas principais características.
- 4 As primeiras sociedades que se desenvolveram na América eram todas iguais? Justifique, sustentando sua resposta com exemplos.

Faça uma campanha

Observe a foto ao lado. Ela mostra o descaço de algumas pessoas em relação a objetos considerados vestígios pré-históricos. Para evitar que cenas como esta se repitam, crie com seus colegas uma campanha em defesa da preservação do patrimônio histórico da sua cidade.

patrimônio histórico: conjunto de bens considerados importantes para a preservação da história e da memória de um povo ou de um país. Seriam eles os objetos que fazem parte do acervo do "museu", ou seja, são protegidos por uma lei para que não sejam destruídos nem modificados. Apesar do nome, boa parte do patrimônio histórico brasileiro não é preservado.

Um painel com pinturas rupestres localizado na Pedra da Concha, um dos 18 sítios arqueológicos do Parque Nacional do Vale do Itaipava, no sertão de Pernambuco, foi danificado com a aplicação de tinta a óleo vermelha. Registros datados de mais de 4 mil anos foram cobertos com o ato de vandalismo. Foto de 2005.

- 1 Façam um levantamento sobre o patrimônio histórico da cidade onde vocês moram: que construções, monumentos, locais e objetos compõem o patrimônio dela e onde esse patrimônio se encontra (em museus, praças públicas, coleções particulares, terrenos privados)?
- 2 Vocês consideram que o patrimônio histórico da cidade está bem preservado? Por quê?
- 3 Discuta com seus colegas: o que os cidadãos devem fazer para valorizar o patrimônio da cidade onde moram? Que iniciativas devem ser cobradas do poder público?
- 4 Elaborem a peça publicitária da campanha (cartaz, panfleto, anúncio de jornal, página em rede social, rádio ou TV, etc).
- 5 Definam para quem a campanha será dirigida (estudantes, moradores da cidade, turistas, etc) e procurem uma forma de divulgá-la, distribuindo panfletos, divulgando na internet em anúncios de jornal, rádio ou TV em sua escola ou cidade.

PASSO A PASSO

Para descrever uma caçada

Imagine que você é um nativo do continente americano que viveu há 11 mil anos, no Período Paleolítico, e estivesse participando de uma caçada de animais de grande porte. Como você descreveria a caça, as dificuldades e os temores para outros membros de seu grupo? Escreva o relato em seu caderno. As imagens da página 48 podem servir de estímulo à sua imaginação e elaboração do seu relato. Siga estas orientações:

- ✓ Situa a caçada no tempo [data] e no espaço [local].
- ✓ Identifica os animais e os membros de seu grupo.
- ✓ Conta como a caçada se desenvolveu, quais foram seus resultados e desdobramentos.

módulo 2 • 55

Fonte: Projeto Mosaico, 6º ano (VICENTINO, 2015, p.55).

O Sítio Arqueológico Pedra da Concha I (Figura 3), localizado no Parque Nacional do Catimbau¹¹ em Pernambuco, que, criminosamente, em janeiro de 2009, teve a maioria das pinturas rupestres pichadas com tinta a óleo na cor vermelha. Esse sítio arqueológico apresenta-se como um dos mais importantes do país, por conter, em suas paredes, pinturas que foram realizadas por grupos, que viveram nesse espaço entre 2.000 e 6.000 anos AP.

Figura 3: Sítio Arqueológico Pedra da Concha I

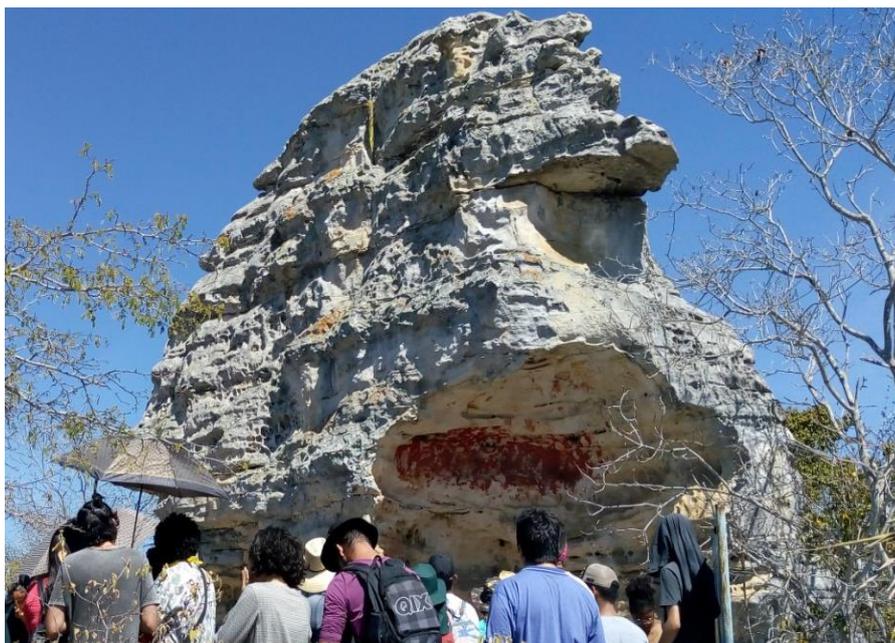


Foto: o autor (2019).

Sua importância também se dá por ser o único lugar do parque, onde são observadas, num mesmo painel as pinturas denominadas Tradições Nordeste e Agreste (AMARAL, 2007, p.133), algo raro de se encontrar nos sítios arqueológicos de nosso Estado.

¹¹ O Parque Nacional do Catimbau é o segundo maior parque arqueológico do país, perde apenas para o Parque Nacional da Serra da Capivara no Piauí. Ocupa uma região entre os municípios de Buíque, Tupanatinga e Ibimirim, distante 285 km do Recife, é considerado uma das sete maravilhas de Pernambuco, com uma área de 62 mil hectares e 55 sítios arqueológicos cadastrados com grafismo rupestre (CISNEIROS, 2019, p.139).

Felizmente, após uma investigação policial¹², o autor do crime foi a julgamento e condenado. Sua pena exigiu a confecção de um painel com imagem do sítio arqueológico, anterior ao vandalismo, além da prestação de serviços à comunidade. Contudo, infelizmente, percebe-se que mesmo com o rigor das leis de proteção ao patrimônio cultural e punições previstas, o prejuízo é quase sempre irreparável e com insignificantes consequências ao infrator. Enfim, a destruição de sítios arqueológicos pode ser evitada com a Educação Patrimonial para a comunidade local e suas escolas, como também, para usuários do Parque.

Com isso, é importante ressaltar que as atividades propostas pelos livros didáticos não são estáticas, podem e devem sofrer adequações por parte do professor. Como orienta Oliveira, Guimarães Junior e Melo Júnior (2020):

As atividades a serem desenvolvidas em sala de aula acerca do patrimônio cultural devem trazer abordagens que ultrapassem o que está estabelecido nos currículos escolares, [...], sendo importante possibilitar o contato dos alunos com os múltiplos elementos que constituem os bens culturais. (OLIVEIRA; GUIMARÃES JUNIOR; MELO JÚNIOR, 2020, p. 39).

Dessa forma, os manuais didáticos, assim como outros recursos pedagógicos, estão presos às suas limitações técnicas e de mercado e, portanto, recai sobre o professor a missão de usar esses recursos apenas como mais uma fonte de consulta para suas estratégias pedagógicas em sala de aula do Ensino de História.

¹² As visitas ao Parque foram suspensas no período em que as polícias Federal e Civil e o Ministério Público Federal foram acionados para apurar as responsabilidades e a motivação do crime ocorrido. Ao mesmo tempo, os técnicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Pernambuco (Iphan) buscavam alternativas para remover a tinta. Fizeram alguns testes, mas não conseguiram e ainda hoje estão avaliando outras técnicas para não haver perda do pigmento.

Considerações Finais

Os resultados apontam que é possível fazer atividades de Educação Patrimonial, utilizando os livros didáticos de História do 6º ano do Ensino Fundamental e que parte do material analisado se encontra de acordo com os preceitos determinados pelos PCN's de História, ou seja, existe uma tendência de atualizar na narrativa didática, políticas educacionais, dispositivos legais e os debates mais relevantes da sociedade exigidos pelo Edital de Convocação do PNLD.

Conforme apontamos, as atividades prático-pedagógicas, mesmo quando não usam diretamente a proposta pedagógica apresentada pelo Guia Básico de Educação Patrimonial, sugerem o uso de imagens ou textos de apoio como recursos norteadores para abordar as fontes históricas a serviço do historiador, e sua conseqüente compreensão, enquanto bens culturais a serem preservados, por representar marcas da memória e da identidade de grupos sociais do passado, contribuindo para pensar propostas de educação patrimonial, que potencializam o exposto nesses materiais.

Em Oliveira, Guimarães Junior e Melo Júnior (2020) é possível observar exemplos de propostas prático-pedagógicas como alternativas para o Ensino de História com atividades que garantam a efetiva participação do aluno, na construção de uma consciência de preservação, com o reconhecimento e apropriação de objetos da cultura material, por exemplo.

Na construção da proposta pedagógica de Educação Patrimonial, outras disciplinas podem participar contribuindo na proposição de atividades, confecção dos textos, levantamento geográfico, arte, danos físicos estruturais e biológicos, além de propor a exposição dos resultados na escola e na comunidade e, até mesmo, através das redes sociais na internet.

Espera-se que este artigo venha a contribuir para o despertar da necessidade de darmos mais ênfase, no ensino do patrimônio local que são pouco assinalados nos livros didáticos e, que possa provocar o interesse dos alunos, professores e educadores para alternativas do Ensino de História, pautado em uma Educação Patrimonial que seja ressignificada nos manuais didáticos distribuídos pelo PNLD, utilizando e criando novas ferramentas, que venham facilitar e ampliar o conhecimento relativo à Educação Patrimonial, que são trabalhados nas escolas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Marília Perazzo Valadares do. **Os sítios de registros rupestres em Buíque, Venturosa e Pedra (PE) no contexto da geopaisagem.** (Dissertação de Mestrado). Recife: UFPE, 2007.

ARAGÃO, Luiz Adriano Lucena. **História e pré-história: investigando os usos desses conceitos nos livros didáticos de História.** Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

AZEVEDO NETTO, C. X.. Que educação patrimonial é essa? Reflexões para efetivação desse processo. *In: Anais da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia - GT 14 - Antropologia, Arqueologia, Colonialismo e Licenciamento Ambiental.* Natal: Associação Brasileira de Antropologia, 2014. v. 1. p. 62.

BARDIN. Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular - BNCC**. Brasília: MEC, 2017.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN: História**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN: História, Geografia**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **Programa Nacional do Livro Didático - PNLD- 2017: História – Ensino Fundamental Anos Finais**. Brasília – DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2016.

BUENO, J. B. G.; GUIMARÃES, M. de F. **Educação patrimonial: potencialidades da leitura de imagens visuais de patrimônios culturais em livros didáticos de história**. In: Anais do XXI Encontro Estadual de História – ANPUH-SP - Campinas: 2012.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: contexto, 2011.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Lisboa: Difel, 1994.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução: Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação da Liberdade; Editora da UNESP, 2006.

CISNEIROS, Daniela. **Diagnóstico do estado de conservação dos sítios com grafismos rupestres no Parque Nacional do Catimbau – Pernambuco**. In: *Clio Arqueológica* 2019, v34N3, p.139-170.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Livro didático com assistência ao estudante.** Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 9, n. 26, p. 119-130, jan./abr. 2009

D'ÁVILA, Cristina Maria. **Decifra-me ou te devorarei: o que pode o professor frente ao livro didático?** EDUNEB; EDUFBA, Salvador: 2008.

DEMARCHI, João Lorandi. **O que é, afinal, a educação patrimonial? uma análise do Guia Básico de Educação Patrimonial.** Revista CPC, 13(25), p.140-162, 2018.

FERREIRA, Danielle da Silva. **Patrimônio cultural Pernambucano nos livros didáticos de História regional: tecendo a formação histórica nos anos iniciais da educação básica.** (Dissertação de Mestrado). Recife: UFRPE, 2015.

FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis. **Educação patrimonial no ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental: conceitos e práticas.** São Paulo: Edições SM, 2012.

FLORENCIO, Sônia Rampim. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos.** Brasília, DF: Iphan, 2014.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados.** 8ª ed. Campinas: Papirus. 2009.

FREITAG, B.; COSTA, W.; MOTTA, V.R. **O livro de didático em questão.** São Paulo; Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GATTI JÚNIOR, Décio. **A escrita escolar da História: livro didático e ensino no Brasil. (1970-1990).** Bauru, SP: Edusc; Uberlândia, MG: Edufu, 2004.

GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial.** Brasília, DF: IPHAN, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira. **Fundamentos da educação patrimonial**. In. Ciências & Letras. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Letras nº 27, jan/jun 2000. Porto Alegre: FAPA, 2000.

_____. GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Museu Imperial, 1999.

ITAQUI, José. **Educação Patrimonial: a Experiência da Quarta Colônia**. Santa Maria: Pallotti, 1998.

LE GOFF, Jacques. 1924. **História e memória**. I volume - História. Lisboa: Edições 70, 2000.

LEMOES, Carlos A. C. **O Que é Patrimônio Histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21 Ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

NOELLI, Francisco S. **Educação Patrimonial: relatos e experiências**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 25, n. 89, set/dez 2004. p. 1413-1414.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. In: Projeto História, n 10. São Paulo: PUC-SP, 1993.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **O patrimônio cultural e os livros didáticos de História ou de como se constrói o sentimento de pertencimento (Brasil – 2000-2015)**. Tese de Doutorado em História – PUC – SP (2016).

_____. **Memória, História e Patrimônio Histórico**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

OLIVEIRA, A. L. do N.; GUIMARÃES JUNIOR, J.de L.; MELO JUNIOR, J.C.P. de. **“Ler o passado através de artefatos?” Práticas pedagógicas no ensino de História a partir do patrimônio histórico.** In: MARTINEZ, Lucas da Silva. (org.) *Entre currículos: sujeitos e subjetividades contemporâneas.* 1.ed. - Curitiba: Bagai, 2020.

OLIVEIRA, J. B. A. e; GUIMARÃES, S. D. P.; BOMÉNY, H. M. B. **A política do livro didático.** São Paulo: Summus Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1984.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. **Ensino de História e Patrimônio Cultural: Um Percorso Docente.** 1ª. Ed. Jundiaí, SP: Paco, 2017.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Identidades culturais: patrimônios e memórias.** In: *História, Práticas Culturais e Identidades: abordagens e perspectiva teóricos-metodológicas.* Geni Rosa Duarte, Méri Frotscher e Robson Laverdi (orgs). Cascavel: Edunioeste, 2008.

POLLAK, Michel. **Memória, Esquecimento, Silêncio.** *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC_FGV, v.2, n.3, 1989, p.03-15.

SOARES, André Luís Ramos. **De heróis a bandidos: educação patrimonial e ensino de história ou como manipulamos o passado na construção do presente.** In: *Tempo no plural: História, Memória e diversidade cultural.* Francisco Régis Lopes Ramos e Meize de Lucena Lucas (orgs.). Programa de Pós-Graduação em História da UFC. Fortaleza, Realce Editora & Ind. Gráfica Ltda., 2008, p. 165-178.

_____. **Educação patrimonial: teoria e prática.** Santa Maria: Ed. da UFSM, 2007.

_____. **Dr. Jeckyl and mister Hide ou “a Educação Patrimonial serve a quem?”** In: MAGALHÃES, L. H.; ZANON, E.R.; BRANCO, P.M.C.. *A construção de políticas patrimoniais: ações preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do país.* Londrina: Ed. UniFil, 2009.

_____. KLAMT, Sérgio Célio. **Educação Patrimonial e a Interdisciplinaridade em sala de aula: um estudo de caso.** Disponível em: <<http://jararaca.ufsm.br/websites/nep/download/TExtos/nep3.pdf>> Acessado em 08/10/2020.

LIVROS DIDÁTICOS CONSULTADOS

APOLINÁRIO, Maria Raquel. **Projeto Araribá: História: 6º ano: ensino fundamental.** Organizadora Editora Moderna. 4ª. Ed. - São Paulo: Moderna, 2014.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História, Sociedade & Cidadania, 6º ano: ensino fundamental.** 1ª ed. – São Paulo: Editora FTD, 2012.

BRAICK, Patrícia Ramos. **Estudar História: das origens do homem à era digital, 6º ano: ensino fundamental.** 2ª ed. - São Paulo: Moderna, 2015.

VAINFAS, Ronaldo. [et. al]. **História.doc, 6º ano: ensino fundamental.** 1ª ed. - São Paulo: Saraiva, 2015.

VICENTINO, C.; VICENTINO, J. B. **Projeto Mosaico: História: 6º ano: ensino fundamental.** 1ª ed. – São Paulo: Scipione, 2015.